

RECEBI O ORIGINAL

Em: 11/01/2024

DANIEL AZEVEDO



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO



LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 183/15-04

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: Márcio Koji Miyamoto.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua Conde de Itaguá, nº 16, Quadra 20, Flôres, Manaus-AM.

CNPJ/CPF: 464.611.402-04

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

FONE: (92) 99122-6771

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 1012.3105

PROCESSO Nº: 0988/T/14

ATIVIDADE: Suinocultura em regime intensivo

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Rodovia AM-010, km 38 (ME), s/nº, Colônia Japonesa, Manaus-AM

CAR: AM-1302603-E262DBF25C6E41C7A210E30ECBF1C26B

Coordenadas Geográficas do Imóvel/Terreno:

Ponto	Latitude (S)	Longitude (W)	Ponto	Latitude (S)	Longitude (W)
P-01	02°49'55,30"	59°56'34,10"	P-05	02°49'58,62"	59°56'34,08"
P-02	02°49'58,57"	59°56'33,38"	P-06	02°49'58,67"	59°56'34,87"
P-03	02°50'0,66"	59°56'33,44"	P-07	02°49'58,70"	59°56'35,30"
P-04	02°50'2,19"	59°56'33,63"	P-08	02°49'55,70"	59°56'36,80"

FINALIDADE: Autorizar a operação de um projeto de criação de animais - suinocultura, em uma área de 1,5 ha do imóvel denominado "Granja Miyamoto".

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Médio

PORTE: Pequeno

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO:

Módulo(s) Fiscal (is) do Imóvel (MF) 13,22202	Percentual de Reserva Legal (%) 80
Área total da propriedade (ha) 132,2202	Área de uso atual (ha) 25,8224
Área de Preservação Permanente (ha) 12,2592	Área de uso a desmatar (ha) ----
Área de Reserva legal (ha) 101,2953	Área remanescente (ha) ----

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 05 ANOS.

Atenção:

- Esta licença é composta de 16 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus-AM,

11 JAN 2024

Rosa Mariette Oliveira Geissler
Diretoria Técnica

André Luis Negreiros Chuvas
Diretor Presidente, em exercício

RESTRICÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – L.O Nº 183/15-04

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 0988/T/14**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente – APP, conforme estabelecido a Lei n.º 12.651/12, alterada pela Lei nº 12.727/12;
8. Proteger o solo e os cursos d'água da contaminação por substâncias tóxicas (combustíveis, óleos, graxas, inseticidas, agrotóxicos, tintas e outros).
9. Proteger a fauna conforme estabelecido nas Leis n.º 5.197/67
10. É expressamente proibida a queima e deposição inadequada de resíduos de qualquer natureza, devendo os mesmos ser acondicionados e direcionados em local apropriado.
11. Não poderá haver no empreendimento **atividade de matadouro suíno** sem licença ambiental e inspeção sanitária oficial.
12. Destinar adequadamente os resíduos sólidos (lixo e inclusive de obra e/ou reforma) gerados no empreendimento.
13. A aplicação, armazenamento, acondicionamento de resíduos e embalagens e transporte de agrotóxicos, devem atender os dispostos da Lei nº nº 7.802 de 11 de julho de 1989, e Lei Estadual nº 3.803/12, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 36.107/2015.
14. Manter cópia do Receituário Agrônomo e registro de entrega e recebimento das embalagens vazias de agrotóxicos utilizados na propriedade.
15. Atender eventuais notificações decorrentes da análise do CAR/SICAR através da Central do Proprietário/Possuidor e, em casos necessários, via comunicação oficial do órgão competente.
16. Manter Programa de Boas Práticas de produção de suínos, com a finalidade de controle de insetos, roedores, animais silvestres e domésticos.